

## Reunião CONSEJ - 06 de maio de 2011

Em 06 de maio de 2011, reuniram-se para a XLII Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Secretários de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária – CONSEJ, os seguintes Secretários e Representantes:

Dr. Carlos Lélío Lauria – Secretário CONSEJ e SEJUS/AM;

Dr. Lafayette Andrada – Secretário de Estado de Defesa Social de MG;

Dr. Genilson Ribeiro Zeferino – Secretário Adjunto de Defesa Social de MG;

Dr. Murilo Andrade de Oliveira – Subsecretário de Administração Prisional de MG;

Dr. Luiz Fabrício Vieira Neto – Chefe de Gabinete do DEPEN/MJ;

Dr. Wellington Pantaleão - Assessor Federativo – Secretaria de Direitos Humanos/PR;

Dr. Waney R. Vieira Filho Cel. PM – Secretário da SEJUC;

Dr. Carlos Alberto L. dos Santos – Superintendente Geral de Administração Penitenciária/SGAP;

Dr. Angelo Roncani – Secretário de Justiça – SEJUS/ES;

Dr. Augusto Sérgio – Secretário de Justiça – SEJUS/CE;

Dr. Paulo Inácio Dias Lessa – Secretário de Justiça e Direitos Humanos/MT;

Dr. Francisco Armando L. Duarte – Superintendente SERES/PE;

Dr. José Ribamar Cardoso Lima – Secretário Adjunto de Justiça – SEJAP/MA;

Dra. Ivone da Silva Mendes – Diretora Reinserção Social SUSIPE/PA;

Dr. Edilson de Brito – Presidente AGSEP/GO;

Dr. Gelson Treiesleben – Superintendente SUSEPE/RS;

Dr. Harrison Targino – Secretário de Administração Penitenciária SEAP;

Dr. Antônio Almeida – Secretário de Administração Penitenciária/PB;

Dr. Marcos Roberto M. da Silva – Secretário SEJUSP/AP;

Dr. Nixon Kenedy Monteiro – Diretor IAPEN/AP;

Dr. Thiago Cortez – Secretário SEJUC/RN e

Dr. José Olímpio da Silva – Coordenador Sistema Prisional do Rio Grande do Norte.

Dr. Mauricio Kuehne – Vice-Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, representando a Secretária de Justiça Dra. Maria Tereza Uille Gomes.

Pronunciamento do Secretário do Amazonas – Presidente do Consejo Carlos Lélío Lauria, agradecendo a participação de todos os presentes, especialmente do Dr. Lafayette Andrada e a presteza e agilidade em proporcionar a realização do evento em tempo hábil.

Pronunciamento do Secretário Lafayette Andrada – agradecimento aos presentes e breve relato da situação atual da Secretaria de Estado de Defesa Social/MG (SEDS), 50mil presos, 42 mil sob a custódia da SUAPI (Subsecretaria de Administração Prisional), 8mil presos ainda nas carceragens da Polícia Civil.

Hoje temos 28mil vagas construídas. Destacou as 5 subsecretarias que compõem a SEDS:

- Subsecretaria de Inovação e Logística do Sistema de Defesa Social;
- Subsecretaria de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social;
- Subsecretaria de Políticas sobre Drogas;
- Subsecretaria de Administração Prisional;
- Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócioeducativas.

O Secretário garantiu que grande parte do sucesso se deu em função da articulação e modernização do nosso sistema de gestão, “o sistema de gestão contribuiu de maneira significativa para alcançarmos os patamares atuais”.

Em seguida iniciamos uma série de apresentações que fazem parte da organização e estrutura da SEDS. Deu início o Dr. Luiz Otávio Assis que tratou do Acordo de Resultados:

Foi apresentado o mecanismo de funcionamento e controle de resultados, que paga ao servidor o prêmio de produtividade – com base na gestão para resultados. O Acordo de Resultados (AR) é um acordo entre o governador e cada área do governo, onde são estabelecidos compromissos com resultados, ações com datas para execução, números mensuráveis e em contrapartida ao cumprimento das metas, o servidor recebe um prêmio de produtividade.

Propósito do modelo: a partir de uma missão dada, cada servidor enxerga naturalmente uma forma de atingir o resultado.

Objetivo: organização voltada para resultados.

Modelo: definir prioridades, medir, acompanhar e premiar e incentivar em função disso.

Iniciou em 2004. É uma pactuação de metas coletivas. Metas de impacto para a sociedade, e metas específicas para o servidor.

Na segurança pública as metas são globais (ex. taxas de crimes violentos, número de homicídios – metas de impacto direto para a sociedade).

Metas internas servidores: número de presos trabalhando em cada unidade prisional, número de jovens atendidos pelo programa fica vivo, entre outras. É a partir destes indicadores específicos que cada um vai ser avaliado, por exemplo o resultados das unidades pode variar de acordo com a meta alcançada.

Para cada unidade são estabelecidas metas individualizadas, de acordo com a sua realidade, onde serão trabalhadas as metas e resultados.

Todo o desempenho do AR é divulgado na Internet, para acesso da população.

Em seguida, a palavra foi dada ao Dr. Hamilton Mitre que apresentou a Subsecretaria de Administração Prisional e as Superintendências subordinadas à esta.

Apresentou o modelo de gestão prisional implantado em Minas a partir de 2003, quando se deu a criação da secretaria de estado de defesa social, trabalhávamos com gerenciamento de crise onde havia improvisação e desarticulação dos discursos.

Criado em 2007 o colegiado integrado de política prisional, onde são definidas as reformas e ampliações das Unidades Prisionais, as políticas de assunção de cadeias públicas da PC pela SUAPI, instituição de um foro de cooperação e deliberação que possibilite o entendimento da situação atual.

Negócio da SUAPI: custódia e ressocialização de indivíduos privados de liberdade.

Metas estratégicas SUAPI: profissionalização da gestão penitenciária, ampliação e melhoria da infraestrutura das UP, melhoria na condição de atendimento ao preso, melhoria no sistema de segurança nas UP, transferência da gestão das carceragens da PC e liberação dos policiais militares e civis para guarda de presos e escolta, melhoria na área de inteligência do sistema prisional.

Na área de segurança interna, trabalhamos atualmente com alguns grupos específicos e especializados:

GTI – grupo de trânsito interno;

GETAP – grupo de escolta tática prisional;

GIT – grupo de intervenção tática;

Canil (movimentação e apoio ao trânsito interno dos presos) 500 cães em MG (rotwailer, pastor alemão, labrador, etc....);

COPE – comando de operações especiais (escoltas especiais e interestaduais e intervenção nas Unidades Prisionais).

As Unidades Prisionais trabalham pautadas e orientadas por um procedimento operacional padrão, que trata minuciosamente sobre todos os procedimentos adotados dentro das UP de Minas, ex: procedimentos de entrada, permanência, visita, trânsito interno para trabalho, escola, etc....

Em relação aos equipamentos, estamos trabalhando com:

- RX esteira – 25 UP grande e médio porte;
- tornozeleira – 3982 em 2011;
- Rastreamento veicular – em 2011 foram adquiridos 250 rastreadores para todos os carros celas;
- Body scan – rx corporal;

A palavra foi dada ao Dr. Guilherme Augusto de Faria Soares – Superintendente de Atendimento ao Preso que descreveu as principais atividades da pasta:

A Superintendência de Atendimento ao Preso é composta por 5 diretorias, quais sejam: Diretoria de Trabalho e Produção, Diretoria de Saúde e Psicossocial, Diretoria Articulação do Atendimento Jurídico e Apoio Operacional, Diretoria de Ensino e Profissionalização e Assessoria Técnica de Classificação.

O Superintendente destacou a importância do trabalho em conjunto e apresentou dados estatísticos do último ano no que se refere aos índices de atendimento.

Na oportunidade elogiou o trabalho realizado em conjunto com o Judiciário, Receita Federal e Tribunal Eleitoral, onde foram confeccionados CPF's para que 4981 presos provisórios do Sistema Prisional de Minas exercessem o direito de voto.

Relatou ainda que existem diversas parcerias de trabalho que elevam a auto-estima dos presos, lembrou que desde 2009 as presas do Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, trabalham na confecção das fantasias da Escola de Samba Chame-Chame, atual vice campeã do carnaval Belo-horizontino.

Na área de atendimento religioso, estamos diariamente atuando nas Unidades Prisionais do Estado, estes são orientados por um Capelão subordinado diretamente ao Superintendente de Atendimento ao Preso.

Ainda na área de atendimento especializado, criamos uma ala de presos homossexuais no Presídio de São Joaquim de Bicas II, nesta ala não existe discriminação e todos são tratados igualmente com respeito e com atividades de interesse coletivo (por exemplo: salão de beleza).

Tratou ainda das oportunidades de ensino no Sistema Prisional Mineiro, onde atualmente 5092 presos estudam e 11 presos fazem curso superior nas mais diversas especialidades.

Posteriormente à apresentação da SUAPI, o Dr. Marcelo coordenador da Parceria Público Privada em Minas Gerais iniciou sua fala, dizendo sobre a importância do projeto no cenário estadual e nacional, apresentou dados para inauguração do primeiro complexo (dez/2011) e passou a palavra para a Dra. Luciana Lott que abordou sobre os dados, medição, orçamento, indicadores etc....

(segue apresentação dos dados da PPP em anexo à apresentação da SUAPI)

Ao término da apresentação da PPP, obteve a palavra o Dr. Ronaldo Pedron que é o atual subsecretário de atendimento as medidas socioeducativas. Ele iniciou apresentando dados das Unidades Socioeducativas. Informou que em 2003 existiam 385 vagas e que a projeção para 2014 são 1438 vagas no Estado de Minas Gerais.

Informou ainda que todos os menores estão matriculados em cursos, e que existem 1500 vagas em cursos profissionalizantes para os menores e seus familiares.

Atualmente as vagas estão distribuídas da seguinte forma: 786 Região metropolitana de BH e 780 vagas no interior.

A maior inovação na área do menor em conflito com a Lei, foi a implantação do CIA BH – Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. Neste núcleo a resposta aos infratores e à sociedade é imediata, acarretando à responsabilização do menor em no máximo 24 horas, pois esse é o tempo decorrido entre a entrada do menor no núcleo e a audiência preliminar. 85% são ouvidos numa audiência conjunta (MP, DP, e judiciário) “em até 24 horas TODOS eles saem de lá com a medida aplicada (se for o caso) – isso dá uma sensação de resposta, os pais são chamados e a medida é implantada”, disse o Subsecretário. Disse ainda que atualmente o CIA só existe em BH e em breve será instalada uma Unidade na cidade de Juiz de Fora.

O Excelentíssimo Presidente do CONSEJ (amazonas) solicitou a palavra fez o encerramento da primeira parte do evento e solicitou que cada representante faça uma breve apresentação pessoal.

As 12:45 encerramos para o horário de almoço.

Retorno do almoço as 15:00horas.

Wellington Pantaleão iniciou agradecendo a primeira participação no CONSEJ, informando que na última reunião 4ª feira (4/5), foram colocadas questões referente a formalização de um Fórum com dinâmica de encontros da rede federativa para trabalhar pautas específicas. Esse Fórum seria composto por secretários municipais, 8 capitais e por secretarias de direitos humanos. Ele propôs que todos pensassem a respeito de um nome para o referido Fórum. A

ideia de se ter um fórum de secretários seria uma forma das demandas ligadas aos direitos humanos chegarem às secretarias de direitos humanos.

O Presidente coloca em discussão o discurso da ministra Maria do Rosário, dizendo que: “direitos humanos não pode ser visto isoladamente”, desta forma propõe não retirar da área do Consej temas relacionados aos direitos humanos, mas criar um Fórum de natureza política envolvendo a própria secretaria de direitos humanos da presidência da república, envolvendo secretários municipais, autoridades, para participarem junto com o CONSEJ destas questões.

Palavra: Thiago Cortez – RN. A representatividade do fórum o que foi exposto é que nós seremos um braço do fórum, levaremos nossas pautas, tanto do sistema penitenciário, quanto de outros, é uma coisa muito importante onde se discute se realmente deixou um pouco do sistema penitenciário de lado, o importante é que está sendo debatido e pela primeira vez se integraram vários segmentos da sociedade, e é importante para o Consej assumir diretrizes e se firmar dentro desse fórum.

Targino, Paraíba – parabeniza pela iniciativa, nós não podemos ser contra o estabelecimento de uma rede importante como os direitos humanos, fortalecendo o papel dos estados no que concerne a esse tema, seria uma forma criativa das autoridades governamentais de direitos humanos debaterem esses temas. Sugere ainda a Implantação de um plano nacional voltado a temática de direitos humanos.

Waney – Roraima – se posicionou de que não poderia ser retirada da pauta do CONSEJ a questão penitenciária, tendo em vista que estamos tratando de direitos humanos, haja vista que a demanda maior que nós temos nas secretarias de justiça responsável pelo sistema penitenciário, são os direitos humanos, ou seja, este é o maior problema das secretarias, então não poderíamos de forma alguma, deixá-lo de fora da questão penitenciária. Ele disse que o CONSEJ não quer ser líder do Fórum, mas é necessário ter um grupo de trabalho que irá levar propostas para que tenhamos uma visão melhor do que se quer fazer.

Presidente, solicita a palavra e já coloca em discussão se alguém é contra a criação do fórum ou conselho específico. Ninguém se manifestou contrário à criação do fórum.

Wellington – começamos a estabelecer uma relação direta com esse fórum criado, fortalece a luta. Se temos o volume de processos em tramite, como recomendação ou espécie de sentença com poder coercitivo é vergonhoso não dar conta das suas demandas, há possibilidade de trazer a pauta do CONSEJ quanto ao fórum, o encaminhamento de algumas demandas, para combater as agressões contra os direitos humanos, não podemos ignorar que o estado é nosso parceiro, encerra dizendo o seguinte: esse ano a secretaria de direitos humanos, vai realizar nas 27 capitais, uma semana de exibição de filmes onde serão abordados esse tema.

Waney – Roraima – colocou que o fórum não seja sediado em Brasília, mas em outros lugares do país, para não ficarem presos na capital federal, propondo que ficassem um dia com a secretaria de direitos humanos e no outro dia temas relacionados às questões do Consej.

Presidente: pediu a palavra, e solicitou o encaminhamento de um ofício com a deliberação do colegiado para a ministra Maria do Rosário, para formalizar o nosso entendimento sobre essa proposta que foi feita em Brasília.

Passou a palavra ao Fabrício: Depen

Fabrício – chefe gabinete do depen- representa o diretor geral que está em viagem a Portugal para discussão sobre monitoramento eletrônico.

Inicia a fala ressaltando que o depen não é adversário dos estados, trabalha conosco e para nós. Nada mais justo que preste um bom serviço aos maiores clientes. O departamento só tem 90 dias a frente do DEPEN, muita coisa foi iniciada e ainda está em fase de estudo, necessita de autorização de várias outras autoridades para executar tudo que é proposto.

Corte de 50 bilhões de reais, o depen perdeu 35 milhões, foram cortados, 90 milhões para trabalhar em 2011, apenas 28 milhões são para construção de Unidades Prisionais, pior é dizer que esses 28 milhões já não existem mais, 20 milhões foram para o Maranhão, 4 para o Amazonas, etc...

A forma de gestão mudou a partir da posse da presidenta, em janeiro houve um encontro onde foi trabalhado um planejamento estratégico do ministério e do depen, foram abordados assuntos como geração de vagas em cadeias públicas, penas alternativas a prisão com monitoramento eletrônico também será como medida cautelar, ampliara ainda mais o monitoramento dos presos com medidas cautelares, prevenção criminal, como forma de evitar o ingresso no sistema prisional. Seria uma forma de conscientização da população, dos jovens, que o crime não compensa, mas que não tem divulgação tão boa como deveria. Não existe divulgação das penas, são macro projetos que envolverão outras ações.

A fala de que o depen é parceiro é realidade nessa gestão. Não podemos mais imputar aos estados a inexecução dos projetos, o depen diz que a culpa é toda dos estados, mas não é bem por aí. A nossa estimativa é que até o final desse ano fossem gerados 1,2 bilhões de reais.

10 milhões e 700 mil destinados para aparelhamento e reaparelhamento, veículos celas (88) e será solicitado ainda os 25 por cento de aditivo, 110 veículos celas distribuídos aos estados, a proposta esta com o ministro, mas ninguém vai ganhar menos que 2 veículos com capacidade para 8 presos.

6 milhões para medidas alternativas, 5 milhões para capacitação, 3 reintegração social, 30 milhões para manutenção (penit. federais).

7 milhões implantação infopen

28 milhões construção e reforma

A proposta que os estados sejam independentes nas informações prisionais. Capacitação pelo método EAD (distância) capacitar os servidores. Reintegração social, ainda não definiu o critério, todo ano tem uma portaria com critérios para conseguir os recursos.

Quando a nova gestão assumiu, optou-se por enviar para a consultoria jurídica do mj, para que cada estado apresente o projeto de acordo com suas necessidades e da sua região. O depen vai solicitar novos projetos, prazo 30 dias, após isso, envia pra caixa a autorização para que os estados apresentem, novas propostas relacionadas as penitenciárias do pronasci.

Geração de aproximadamente 50 mil vagas nas cadeias publica (preço médio 40 mil reais), fomento de vagas de forma ponderada, transferência de recursos para as UFS. Com base nesses dados é que serão repassados os recursos.

Qual a contra partida dos estados? Vai informar custo preso x vaga, inicialmente só para estados que possuem presos em cadeias publicas,

Proposta do depen utilizar cerca de 2 bilhoes de reais para os próximos 4 anos, gera cerca de 14mil vagas, Jovens adultos, vai receber menos.

Descontingenciamento do funpen

Projeção de vagas 49.338

Media do custo da vaga 40mil reais

Precisa aumentar a contra partida dos estados, os estados com recursos próprios conseguem muito mais do que com os recursos do depen.

A política do depen é: tirar preso de delegacia de policia, gerando vaga nas cadeias, presídios e penitenciárias, Possibilitando o cumprimento da pena mais humanizado.

Mauricio: as estados tem responsabilidade sobre a custódia e não as polícias

Repasse do recurso – 2 bilhoes

4 opções: contrato de repasse, convenio, transferência fundo a fundo, contratação direta.

Lafayette – propõe se pensar numa forma mais justa para distribuir o recurso do depen

Diretoria do depen vai se reunir na próxima terça feira e o Fabrício ira levar todas as reivindicações.

Myller – Vedi construções

Relata que transformar a construção civil em grande escala foi uma preocupação da Verdi, em 2001/2002 quando começou o estudo para esse tipo de construção, gerou uma construção que hoje já disponibilizaram 10mil vagas, numa estrutura modular e rápida, o que é mais interessante.

Além disso, seguem padrões de segurança, habitabilidade da cela e operacionalidade do sistema, que muitas vezes é esquecida, e só observamos isso no estresse aparente do agente prisional.

Baseado nesses 3 princípios desenvolveu-se esse projeto, que busca espaço no país, na oportunidade quer aproveitar para dizer que estão abertos a conversas com os estados,

sempre pautados nos principais pontos eleitos pelo conselho nacional de políticas penitenciárias, preocupação com o gasto operacional que se tinha.

Encerramento feito pelo Deputado e Secretário de Defesa Social de Minas Gerais – Dr. Lafayette Andrada as 17:35hs.